



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA

NIÉLIA VALENTIM MELO DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DE LOGÍSTICA NA GESTÃO DE MEDICAMENTOS DA REDE DE
SAÚDE PÚBLICA E FARMÁCIA POPULAR DE JOÃO PESSOA.**

JOÃO PESSOA-PB

2017

NIÉLIA VALENTIM MELO DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DE LOGÍSTICA NA GESTÃO DE MEDICAMENTOS DA REDE DE
SAÚDE PÚBLICA E FARMÁCIA POPULAR DE JOÃO PESSOA.**

*Artigo apresentado ao Departamento de Gestão
Pública da Universidade Federal da Paraíba
como requisito parcial à obtenção do grau de
Tecnólogo em Gestão Pública.*

Orientador(a): Prof ° Dr Marco Acco.

João Pessoa-PB

2017

NIÉLIA VALENTIM MELO DOS SANTOS

**OS DESAFIOS DE LOGÍSTICA NA GESTÃO DE MEDICAMENTOS DA REDE DE
SAÚDE PÚBLICA E FARMÁCIA POPULAR DE JOÃO PESSOA.**

*Artigo apresentado ao Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba
como requisito parcial à obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.*

Aprovado em: _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof Dr Marco Antônio Castilhos Acco (Orientador)

Universidade Federal da Paraíba

Profº Nicolas Renato Siqueira de Araujo (Examinador)

Universidade Federal da Paraíba

Profº Francenildo Dantas Rodrigues(Examinador)

Universidade Federal da Paraíba

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M528e Melo dos Santos, Niélia Valentim.

Os desafios de logística na gestão de medicamentos na rede de saúde pública e Farmácia Popular de João Pessoa / Niélia Valentim Melo dos Santos. – João Pessoa, 2017.

31f.: il.

Orientador: Prof. Marco Antônio Castilhos Acco.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. Logística em Saúde. 2. Medicamentos. 3. Farmácia Popular. 4. Serviço de Saúde. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 35(043.2)

OS DESAFIOS DE LOGÍSTICA NA GESTÃO DE MEDICAMENTOS NA REDE DE SAÚDE PÚBLICA E FARMÁCIA POPULAR DE JOÃO PESSOA.

Niélia Valentim Melo dos Santos

Autora

Marco Antônio Castilhos Acco

Orientador

SUMÁRIO: •1. *Introdução* • 2. *Rede de Serviços de Saúde em João Pessoa* • 3. *Desafio de Logística na Rede de Saúde Pública do Município de João Pessoa* •3.1. *Uma breve imersão: Desafios de logística no Programa Farmácia Popular* • 4. *Considerações finais* • *Referências*

RESUMO:

A logística tem um papel importante para o progresso das organizações. Visando esse andamento, os gestores devem atentar para as questões de planejamento, gerenciamento de compras e suprimento, como também, para a coordenação do sistema de distribuição, pois, essencialmente podemos dizer que esse é o tripé básico para a gestão da logística pública. O objetivo desse trabalho consiste em analisar os desafios de logística na saúde pública em especial para os medicamentos, no âmbito do Programa Farmácia Popular na cidade de João Pessoa. Para alcançar seus objetivos, o trabalho desenvolveu pesquisa bibliográfica em livros, sites e artigos, tendo encontrado poucas fontes disponíveis sobre o assunto. Este trabalho realizou um mapeamento da rede de saúde pública do município de João Pessoa, identificando a quantidade de equipamentos e as especificidades desta rede em termos de serviços de baixa, média e alta complexidades, tendo, ainda, descrito os principais elementos da logística do Programa de Farmácia Popular. Para aprofundar o reconhecimento de desafios e avanços nesta agenda, foi realizada entrevista e visitas técnicas a estabelecimentos da rede do Programa Farmácia Popular, onde percebeu-se que o programa incorporou inovações interessantes em logística, na distribuição e suprimentos de medicamentos.

Palavras-chave: Logística no setor público, Medicamentos, Farmácia Popular, Serviço de Saúde.

ABSTRACT:

Logistics plays an important role in the progress of organizations. Aiming at this progress, managers must attend to planning, procurement and supply management issues, as well as to the coordination of the distribution system, as we can essentially say that this is the basic tripod for the management of public logistics. The objective of this work is to analyze the challenges of logistics in public health especially for medicines, within the scope of the Popular Pharmacy Program in the city of João Pessoa. In order to reach its objectives, the work developed

bibliographical research in books, websites and articles, having found few available sources on the subject. This work carried out a mapping of the public health network of the municipality of João Pessoa, identifying the amount of equipment and the specifics of this network in terms of services of low, medium and high complexity, and described the main elements of the logistics of the Program of Popular Pharmacy. In order to deepen the recognition of challenges and advances in this agenda, interviews and technical visits were made to establishments of the Popular Pharmacy Program network, where it was noticed that the program incorporated interesting innovations in logistics, distribution and supplies of medicines.

Lista de Siglas:

CENDOR Centro de Reabilitação e Tratamento da dor

ENAP Escola Nacional de Administração Pública

FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz

HMSI Hospital Geral Santa Isabel

HMV Hospital Municipal do Valentina

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICV Instituto Cândida Vargas

PASM Pronto Atendimento de Saúde Mental

SAMU Serviço de Atendimento de Saúde Mental

SMS Secretaria Municipal de Saúde

SUS Sistema Único de Saúde

UPA Unidade de Pronto Atendimento

USF Unidade de Saúde Familiar

UTI Unidade de Terapia Intensiva

1. INTRODUÇÃO

A logística tem sido um tema de grande relevância nos dias atuais para as organizações públicas e privadas. Pode-se dizer que a logística teve seus primórdios nas construções das estradas e aquedutos para o abastecimento de água, duas questões vitais e que vêm ocupando

as sociedades desde a antiguidade. Posteriormente, na segunda guerra mundial as aplicações de logística ganhou ainda mais destaque, pois este grande evento propiciou enormes desafios e grandes avanços na história da logística. Pressões para os transportes dos armamentos, das tropas, e também o deslocamento dos carros pesados de guerra para os locais de combate, tornaram necessários planejamentos, organização e execução de tarefas para formação de rotas estratégicas, a fim de atender também os suprimentos demandados durante todo o período da guerra. Após a segunda guerra mundial, novas funções foram encontradas, expandindo a sua atuação para indústria, comércio e serviços em geral.

No Brasil, pode-se dizer que a reflexão sobre a logística é mais evidenciada no setor privado, onde se percebe que a sua gestão é algo fundamental para a consecução dos objetivos traçados em qualquer organização, independentemente de sua finalidade lucrativa ou atividade econômica, para poder atuar de maneira eficiente. A sua importância é verificada pelos elementos que a compõe, através de um planejamento estratégico de posicionamento e adequação mercadológica.

No decorrer do tempo, os usuários e cidadãos estão cada vez mais exigentes em qualidade e rapidez, e sensíveis aos preços, obrigando a todas as organizações a uma eficiente gestão de compras, de produção, logística e comercial. (Alves, Alexandre da Silva; 2008).

A logística se encarrega de gerir todo o processo cíclico, que envolve as compras, as informações, a distribuição física, fazendo parte do transporte de cargas: a armazenagem, movimentação de materiais, embalagens, controle de estoque, processamento de pedidos e atendimento ao cliente ou usuário final. Esses são os elementos mais presentes na logística e cada um deles tem a sua relevância no modelo, não esquecendo também da tecnologia da informação, que tem incorporado e tem feito muita diferença nesse setor.

Na tentativa de que o sistema logístico seja implantado e consiga atingir os seus objetivos, alguns pontos precisam ser observados. FERRAES NETO E KUEHNE JR. (2002) destacam os seguintes aspectos:

- a) Planejar o sistema para atender às necessidades dos clientes;
- b) O pessoal envolvido deve ser treinado e estar capacitado;
- c) Definir os níveis de serviços a serem oferecidos;
- d) A segmentação dos serviços deve acontecer de acordo com as exigências dos serviços para os clientes e com a lucratividade de cada segmento;
- e) É necessária a utilização de tecnologia de informação para integrar as operações;

- f) Prever pontualmente as demandas e o seu comportamento;
- g) Adoção de indicadores de desempenho para garantir que os objetivos sejam alcançados.

Pensando nas organizações públicas, a movimentação dos produtos de uma unidade para outra ou da organização para seu usuário também exige a coordenação entre demanda e suprimento; isso constitui a distribuição física, que pode ser definida como o transporte eficiente de produtos acabados da organização até o cidadão consumidor, podendo também ser incluído o transporte de matéria-prima até o início da linha de produção. Para essas atividades, faz parte o transporte de cargas, armazenagem, movimentação de materiais, embalagem, compras, controle de estoque, seleção de locais para a armazenagem, processamento de pedidos e atendimento ao usuário, alguns ciclos bem parecidos ao do setor privado, embora com especificidades próprias ao mundo das organizações públicas como no caso das compras e controle de estoques, que seguem regras típicas da gestão pública.

No âmbito do setor público, o setor saúde apresenta inúmeros desafios de logística em sua organização e funcionamento. Pode-se inferir que a logística em saúde pública envolve o deslocamento de produtos e equipamentos, profissionais e pacientes. Dentre os diversos temas que requerem especial atenção da logística no âmbito do setor saúde encontra-se a dotação de medicamentos e de materiais (tais como seringas, luvas, gases, esparadrapos e similares). Esses produtos estão entre os mais sensíveis aos impactos de se ter uma gestão adequada. Por isso, o planejamento logístico deve ser feito por pessoas competentes que tenham conhecimento do assunto de forma a aproveitar da melhor maneira possível os conceitos e aplicações existentes. É extremamente importante saber como a logística impacta na gestão, e mais especificamente como ela é crucial no setor da saúde. A logística aplicada no setor público de saúde, se realizada de maneira correta, pode ajudar a mitigar algumas das carências que essa área possui.

Sobre um esboço importante neste trabalho, o Programa Farmácia Popular, que foi criado em 2004 tem um caráter complementar às demais ações executadas no campo da assistência farmacêutica e ele foi imaginado buscando atender àqueles que fossem capazes de gastar de um pequeno valor pelo seu medicamento, permitindo assim que os usuários não tivessem descontinuado o seu tratamento em virtude de dificuldades de acesso. Apenas em 2006 em parcerias com os Estados e Municípios, o Programa pôde ser ampliado, principalmente com através do “Aqui tem Farmácia Popular”. Mais à frente falaremos um pouco mais do Programa, a sua finalidade e os métodos de logística que é aplicada em seu planejamento.

Considerando-se o que foi exposto em linhas gerais sobre a logística, os seus conceitos e as suas relações nos setores públicos e privados, este trabalho analisará com mais atenção o seu comportamento no setor público de saúde, buscando identificar e refletir sobre os dilemas e desafios de logística aplicados ao oferecimento de medicamentos na rede pública de saúde da cidade de João Pessoa. A gestão da logística de medicamentos pode ter impactos significativos em termos de acesso e qualidade dos serviços públicos, além de ter reflexos importantes na questão de eficiência e de controle de gastos no serviço público. Ao mesmo tempo, as decisões logísticas são centrais para garantir que as políticas públicas possam de fato ser implementadas e possam alcançar os resultados, garantindo os direitos da população com qualidade e no tempo adequado.

Assim, o objetivo deste trabalho consiste em mapear os principais aspectos logísticos apresentados no fluxo de materiais e medicamentos hospitalares, envolvendo os ciclos de compras, controle de estoques, armazenamento, distribuição dos produtos farmacêuticos na rede municipal de serviços de saúde da cidade de João Pessoa, destacadamente na rede do Programa Farmácia Popular. Com a perspectiva em abordar os objetivos específicos descritos abaixo:

- Identificar brevemente a rede de serviço de saúde no município de João Pessoa;
- Mapear os principais desafios de logística na gestão de medicamentos, considerando o ciclo de compras, armazenamento, controle de estoques e distribuição dos produtos farmacêuticos na rede municipal do Programa Farmácia Popular;
- Apresentar um conjunto de indicações de temas e agendas para estudos futuros e, quando possível, algumas recomendações aos gestores municipais da política de saúde pública no sentido de aperfeiçoar a gestão logística na adequada disponibilidade de medicamentos na rede pública municipal de saúde.

Na finalidade de alcançar esses objetivos acima, o estudo desse artigo é de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, buscando abordar introdutoriamente um tema com poucas referências diretas sobre o tema (gestão da logística de medicamentos numa rede municipal de saúde). A metodologia aplicada consiste em pesquisa bibliográfica sobre literatura especializada em logística pública e logística em saúde pública nos sites Scielo, da Biblioteca ENAP Especializada em Gestão Pública e no Google Acadêmico. Para a análise da rede pública de atendimento em saúde de João Pessoa, foi realizada pesquisa no site da Secretaria Municipal de Saúde. Desse modo procurando compreender o Programa

“Aqui tem Farmácia Popular”, foi feita uma entrevista por gravação de áudio no dia 15/05, na Farmácia Mamanguape. O entrevistado mostrou conhecer bem a ação e finalidade do Programa. As indicações para estudos futuros foram formuladas com base na percepção das lacunas bibliográficas e fontes de pesquisa disponíveis, enquanto as recomendações para os gestores municipais foram formuladas com base nas leituras feitas sobre os conceitos logísticos aplicados às organizações públicas a fim de indicar melhores práticas para a gestão da logística em medicamentos para o setor público de saúde do município de João Pessoa.

Na seção seguinte trataremos sobre a rede de serviços de saúde pública em João Pessoa, onde se buscará informar como se comporta e se divide as redes de saúde pública no município, as USF (Unidade de Saúde Familiar) onde todas as ações de saúde devem ser coordenadas no âmbito dos Distritos Sanitários em que os usuários estão inseridos. Também será abordado os serviços de média e alta complexidades no âmbito hospitalar e as mais importantes práticas de cada hospital municipal. Na segunda seção será destacado os principais desafios encontrados na logística de saúde pública, incentivados pela má gestão pública, e pela falta de um planejamento logístico, onde também foi esclarecido um pouco do Programa das Farmácias Populares, que busca aplicar a gestão da logística no seu objeto. E por fim, nas considerações finais, vamos revisar os elementos que abordamos sobre a logística com as aplicações dela no setor público de saúde buscando propor melhorias neste setor.

A falta de um gerenciamento logístico eficaz no âmbito da rede de saúde, pode sintomatizar a sobrevivência das pessoas, por isso, é indispensável a disponibilidade de medicamentos curativos para sanar doenças, pois a falta do medicamento acarretará na morte do paciente. Esse é apenas um exemplo que justifica o que essas ferramentas podem trazer em benefício para a sociedade, por isso, é necessário que a logística e os seus elementos estejam cada vez mais presentes na saúde pública. A seguir entenderemos um pouco da importância e como ela pode modificar o setor de saúde.

2. REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA EM JOÃO PESSOA

Segundo IBGE (2016) a capital Paraibana, João Pessoa, chegou a 801.718 habitantes em 2016.

Segundo a Secretaria de Saúde de João Pessoa, a rede hospitalar do município é responsável pelo atendimento da população da cidade, como também de todos os usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) que porventura necessitem de uma intervenção hospitalar. A cidade atualmente atende a uma demanda de cerca de 50% de usuários de regiões circunvizinhas e até mesmo de outros estados. A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) é ligada diretamente à Prefeitura de João Pessoa e tem por responsabilidade a gestão plena do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal. Além das ações e serviços de saúde oferecidos ao município. O órgão é responsável pela formulação e implantação de políticas, programas e projetos que visem à promoção de uma saúde de qualidade ao usuário do SUS.

Na busca em atender a rede de serviço de saúde, João Pessoa está organizada em cinco Distritos Sanitários, com o objetivo de estruturar a rede de cuidado progressivo do sistema e garantir à população acesso aos serviços básicos. OLIVEIRA (2006), abordou em seu trabalho, que cada Distrito Sanitário é de base territorial e corresponde à área de responsabilidade de uma unidade de saúde possibilitando a orientação para problemas identificados em relação a uma população e a um espaço determinado, além da caracterização do impacto das ações ali desenvolvidas.

Quadro 1 - Distritos Sanitários de João Pessoa - Descrição

- **Distrito Sanitário I** - Centro de Atenção Integral à Saúde – Jaguaribe, Centro de Testagem e Aconselhamento, Laboratório Central, Depósito de Equipamentos, Farmácia Popular do Brasil, Instituto Cândida Vargas, PACS Matinha II, USF Alto do Mateus I e VI, USF Bairro das Indústrias I e II, USF Bairro das Indústrias III / Cidade Verde I e II, USF Bairro das Indústrias IV / Pe Ibiapina, USF Bairro dos Novais I a V, USF Costa e Silva I e II, USF Costa e Silva III / Gauchinha, USF Cruz das Armas (Cruz das Armas I, II, VIII e X), USF Cruz das Armas IV a VII, USF Cruz das Armas IX, USF Funcionários I – 1ª Etapa e II / Guaíba, USF Funcionários I – 2ª Etapa, USF Jardim Planalto I e II, USF Jardim Saúde (Jardim Veneza I, II, III, IV e V), USF Matinha, USF Nova Conquista (Alto do Mateus II, III, IV e V), USF Paulo Afonso E USF Saúde e Vida (Ernani Sátiro, Esplanada I, João Paulo II – 2ª Etapa e Jardim Sepol)
- **Distrito Sanitário II** - Centro de Atenção Integral à Saúde – Cristo, Centro de Especialidades Odontológicas, Farmácia Popular do Brasil,

Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU, USF Bela Vista I e II, USF Bom Samaritano, USF Citex, USF Cuiá, USF Funcionários II – 1a Etapa, USF Funcionários II – 2a Etapa, USF Funcionários III / IV, USF Geisel I, USF Geisel II / Radialista, USF Geisel III, USF Geisel IV, USF Mudança de Vida (Mudança de Vida I, II, III e IV), USF Grotão I a III, USF João Paulo II, USF Maria de Nazaré, USF Nova República, USF Presidente Médici, USF Rangel I a VII, USF Riacho Doce, USF Vila Saúde (Pedra Branca I e II e Jardim Itabaiana I e II), USF Espaço Saúde (Novo Horizonte, Vale Verde, Cristo Conjunto).

- **Distrito Sanitário III** - Centro de Apoio Psicossocial II Caminhar, Centro de Atenção Integral à Saúde – CAIS Mangabeira, Centro de Especialidades Odontológicas, Centro de Zoonozes, Complexo Hospitalar Municipal Governador Tarcisio de Miranda Burity, Farmácia Popular do Brasil, GEMAF – Almojarifado Central, Hospital Valentina de Figueiredo, USF Água Fria, USF Aldeia SOS, USF Balcão, USF Bancários, USF Ipiranga (Monte das Oliveiras, Girassol e Boa Esperança), USF Cidade Verde (Cidade Verde IV, V, VI e Projeto Mariz), USF Colibris, USF Complexo Verdes Mares (Cidade Verde I, II e III), USF Coqueiral, USF Cristo Rei, USF Doce Mãe de Deus, USF Eucaliptos, USF Feirinha, USF Frei Damião, USF Integrada Rosa de Fátima (Mussumago I e II, Paratibe I e Sonho Meu), USF José Américo I a III, USF Laranjeiras, USF Mangabeira VI 1a Etapa, USF Mangabeira VI 2a Etapa, USF Mangabeira VII A, USF Mangabeira VII B, USF Mangabeira VII C, USF Nova Esperança (Ambulantes, Colégio Invadido, Tijolão e Nova Esperança), USF Nova União (Procind I, Mangabeira por Dentro, Panorâmica e União), USF Paratibe II, USF Parque do Sol, USF Pedro Lins, USF Procind II, USF Santa Bárbara, USF Timbó I e II, USF Valentina I a IV.

- **Distrito Sanitário IV** - Centro de Apoio Psicossocial Infanto-juvenil Cirandar, Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso, Centro de Especialidades Odontológicas, Centro de Referência de Inclusão p/ Pessoas com Deficiência, Centro de Saúde Mandacaru, Centro de Saúde Municipal Lourival Gouveia Moura, Diretoria de Regulação, Farmácia Popular do Brasil, Hospital Geral Santa Isabel, Núcleo de Portadores de Necessidades Especiais, Secretaria Municipal de Saúde, USF Alto do Céu (Alto do Céu III, IV, V e VI), USF Alto do Céu I II, USF Bairro dos Ipês, USF Cordão Encarnado I e II, USF Distrito Mecânico I e II, USF Ilha do Bispo I e II, USF Mandacaru IX, USF Mandacaru

VII, USF Mandacaru VIII, USF Róger I, II e III, USF Tambiá, USF Varadouro I e II, USF Viver Bem (Padre Zé I, II, III e 13 de Maio).

- **Distrito Sanitário V** - Centro de Apoio Psicossocial III, Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, Centro de Saúde Maria Luiza Targino, Centro de Saúde Teixeira de Vasconcelos, Unidade de Saúde das Praias, USF Altiplano I e II, USF Bessa, PACS Bessa II, USF Castelo Branco I e III, USF Cidade Recreio, USF Jardim Miramar I e II, USF Padre Hildon / Brasília de Palha, USF Penha, USF Santa Clara, USF São José (São José I, II, III e IV), USF São Rafael, USF Torre I e II, Centro de Especialidades Odontológicas.

Fonte: Site da Secretaria Municipal de João Pessoa (2017)

Esses distritos sanitários estão divididos pelos bairros de João Pessoa através das USF (Unidade de Saúde Familiar). As Unidades trabalham na área dos Cuidados de Saúde Primários, privilegiando a promoção da saúde e a prevenção da doença, mas também vigiando e auxiliando no tratamento das doenças crônicas e tratando situações de doenças agudas. As UFS são ao todo cento e vinte seis, e estão localizadas nos bairros: Alto do Mateus, Expedicionários, Penha, Manaíra, Bairro das Industrias, Cidade Verde, Novais, Costa e Silva, Cruz das Armas, Funcionários I, Jardim Planalto, Jardim Veneza, Jaguaribe, Cristo, Varjão, Água Fria, João Paulo II, Ernani Sátiro, Cuiá, Cidade dos Funcionários, Ernesto Geisel, Grotão, Gramame, Mangabeira, Valentina, Jardim Cidade Universitária, Cidade Colibris, Jardim São Paulo, Bancários, Planalto da Boa Esperança, José Américo, Torre, Varadouro, Mandacaru, São Jose, Centro, Tambiá, Roger, Ipês, Distrito Mecânico, Ilha do Bispo, Altiplano, Treze de Maio, Castelo Branco, Bessa, Tambaú, Miramar, Cabo Branco e Portal do Sol.

O formato do sistema de Atenção Básica de João Pessoa, e que corresponde ao atendimento de baixa complexidade, é formado pela rede de Unidades Básicas de Saúde (UBS) que são responsáveis pelo atendimento e tratamento de caráter curativo, assim como, pelas Unidades de Saúde Familiar (USF) que trabalham a partir da educação em saúde com ênfase nos aspectos preventivos e promocionais.

Segundo OLIVEIRA (2006), o Programa de Saúde da Família de João Pessoa contava com 180 equipes formadas por trabalhadores de seis categorias profissionais (médicos, enfermeiros, dentistas, auxiliares de enfermagem, agente comunitário de saúde e auxiliares de consultório dentário), totalizando 1.820 profissionais. No que diz respeito à marcação de

consultas, elas deveram ser feitas diretamente nas unidades e os usuários devem procurá-la especialmente para as seguintes ações:

- Realizar prevenção e cuidar da sua saúde visando evitar doenças
- Fazer o cadastramento para prevenção e controle do Diabetes
- Controle e acompanhamento da Pressão Arterial
- Cuidados de Saúde Bucal básicos
- Acompanhamento pré-natal e exames preventivos de câncer de mama e do colo do útero
- Acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças
- Aplicação de Vacinas
- Tratamento e acompanhamento das doenças mais frequentes
- Realizar curativos e inalações.

Dentro da construção da rede progressiva de cuidados em saúde do município de João Pessoa, a Coordenadoria de Gestão Hospitalar é a instância responsável por promover a integração dos hospitais municipais dentro dessa rede de média e alta complexidades de atendimento em saúde em construção, acompanhando os parâmetros de gestão, buscando melhor acolhimento e maior resolutividade para as necessidades dos usuários que buscam socorro em situações de urgência/emergência nos hospitais, ou a eles são encaminhados por profissionais das equipes de saúde da família ou por especialistas da rede. Secretaria de Saúde de João Pessoa (2017)

Segundo informado no site da Secretaria Municipal de João Pessoa, a rede hospitalar do SUS em João Pessoa conta com quatro hospitais, apresentando uma capacidade instalada de mais de 550 leitos clínicos e 86 leitos de UTI e isolamento. Além dos atendimentos em urgências e emergências, realiza ainda cirurgias, tratamentos, exames, consultas e acompanhamentos nas mais diversas especialidades. Os hospitais que integram a rede municipal de João Pessoa são: Hospital Geral Santa Isabel (HMSI), Hospital Municipal do Valentina (HMV), Instituto Cândida Vargas (ICV) e Complexo Hospitalar Mangabeira Tarcísio Burity (Ortotrauma). O acesso ao serviço acontece por demanda espontânea, caso o hospital seja porta aberta, através do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Em casos

de hospitais porta fechada, como é o caso do Hospital Municipal Santa Isabel, as consultas são marcadas de acordo com as especialidades cirúrgicas e tipos de internamentos.

PAIVA (2015) apresentou uma breve descrição no site da Prefeitura do município de João Pessoa, sobre “a assistência de média e alta complexidade aos usuários do SUS no município”. Essas informações trazem conteúdos relativos às especificidades de cada hospital municipal de João Pessoa. A partir do esboço abaixo entenderemos as diferentes participações que cada hospital traz para o município.

- **Hospital Municipal Santa Isabel (HMSI)** – HMSI realiza em média 3.500 consultas e 310 cirurgias ao mês. Ao todo são 101 leitos, incluindo UTI geral e UTI Cardiologia. Várias especialidades cirúrgicas, como cirurgia geral, urologia, proctologia, ginecologia, neurocirurgia e cardiologia. Funciona diariamente durante 24h. O atendimento é porta fechada e para ter acesso aos serviços oferecidos no Hospital Santa Isabel, o usuário deve ser encaminhado pela Rede Municipal de Saúde. O HMSI realiza cirurgias eletivas de médias e altas complexidades, assistência às doenças cardiológicas e assistência às doenças renais crônicas. A unidade tem como público alvo os usuários adultos, sendo referência para as consultas ambulatoriais, procedimentos cirúrgicos e urgências cardiológicas.
- **Hospital Municipal do Valentina (HMV)** – Referência no atendimento clínico de pediatria da Rede Municipal de Saúde, o HMV realiza em média 6 mil atendimentos por mês. Por ser um hospital de porta aberta, ou seja, recebe demanda espontânea, o HMV trabalha o acolhimento com classificação de risco, otimizando os atendimentos de urgência e emergência em espaços adequados a essas atividades com leitos de assistência em sala de estabilização e vermelha e sala amarela. A unidade conta ainda, com alas de enfermarias com 85 leitos, sendo 54 para internações de pediatria clínica, três destinados aos pacientes do bloco cirúrgico, seis pós-cirúrgicos, 10 leitos de UTI, dois de isolamento e 10 para observação. Em média realiza 220 internações por mês em acomodações padronizadas pelo Ministério da Saúde, garantindo boas condições ao tratamento das crianças e comodidade aos acompanhantes.
- **Instituto Cândida Vargas** – O Instituto Cândida Vargas (ICV) realiza mais de 700 partos e em média 2.681 atendimentos por mês. Referência em maternidade na Paraíba e considerado como um dos melhores hospitais na área no Nordeste, o ICV oferece

desde acompanhamento pré-natal até um Banco de Leite, para os casos da mãe que não conseguirem amamentar. Além de trabalhar na realização do parto, o Instituto integra uma série de cuidados com a mãe e o recém-nascido. Para as mães que desejam ter seu filho de forma natural, há um programa de acompanhamento e preparação para o parto normal. Uma equipe com fisioterapeutas e psicólogos informa a mãe sobre pré e pós-parto e oferece um curso de primeiros cuidados com o bebê.

- **Complexo Hospitalar de Mangabeira Governador Tarcísio Buriti (Ortotrauma)** – Referência em ortotraumatologia, o Ortotrauma, entre urgência e emergência, realiza mensalmente, mais de 12 mil atendimentos médicos e cerca de 10 mil exames laboratoriais. A Unidade Hospitalar também realiza exames mais complexos a exemplo da endoscopia e colonoscopia. O atendimento atende tanto a área Metropolitana de João Pessoa, como diversos município de todo Estados de forma regulada e pactuada. O Complexo Hospitalar tem um total de 175 leitos, sendo 119 de cirurgia de ortopedia e traumatologia, oito de isolamento, 30 de clínica geral, oito de UTI, 10 de psiquiatria e 10 para as áreas cirúrgicas, diagnose e terapêutica. A Unidade atende urgências e emergências em clínica médica, traumatologia, cirurgia geral e realiza cirurgias eletivas em traumatologia e ortopedia, urgências pediátricas em traumatologia. Pacientes com fraturas e cirurgias de lesões crônicas do sistema osteoarticular, a exemplo de traumas na mão, punho, antebraço, braço, cotovelo e tibia, são tratados no Ortotrauma. Caso haja suspeita de problemas neurológicos e lesões vasculares, o paciente deve ser encaminhado para o Hospital de Trauma, do Estado. O Ortotrauma ainda oferece outros serviços de saúde à população. Referência no tratamento da dor crônica no Nordeste, o Centro de Reabilitação e Tratamento da Dor (CENDOR) oferece aos pacientes com dificuldade de locomoção, várias especialidades em um mesmo lugar. As pessoas com transtornos mentais também podem ser atendidas no Ortotrauma. O Pronto Atendimento de Saúde Mental (PASM) disponibiliza atendimento 24 horas para pessoas que necessitam de tratamento da saúde mental e dependentes químicos.

Rede Pré – Hospitalar – A Rede de Atendimento Pré-hospitalar de João Pessoa se estrutura a partir do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), que tem como objetivo realizar o atendimento móvel, tanto na Capital quanto na Região Metropolitana. O SAMU funciona durante 24h e está apto a atendimentos em situações de urgência e emergência, acidentes automobilísticos, choques elétricos, pacientes com transtornos mentais, gestantes, acidentes

com múltiplas vítimas, transferias entre hospitais, intoxicação exógena, crises hipertensivas. Além do SAMU, as UPAS também dão suporte na rede pré-hospitalar realizando atendimentos de média complexidade e desafogando as portas e hospitais de maior complexidade. João Pessoa conta com 3 UPAS, elas estão distribuídas nos bairros: Aeroclube, Valentina Figueiredo e a mais nova unidade em Cruz das Armas. Na UPA, são atendidos casos como febre, dores de cabeça, dores abdominais, dor lombar, dor torácica, desconforto respiratório, sangramentos, intoxicações, desmaios, diarreias, taquicardias, afogamentos, alergias cutâneas, convulsões, descompensação diabética, entre outros. A UPA Oceania (Aeroclube) tem a capacidade de realizar 300 atendimentos em 24 horas, com quatro pediatras e clínicos, sendo dois pediatras atendendo durante o dia e mais dois à noite. Na UPA Valentina são realizados 350 atendimentos ao dia, mas em média, são 80 atendimentos infantis. A equipe também é composta por quatro médicos pediatras, sendo dois durante o dia e mais dois à noite. Já a UPA Cruz das Armas realiza 300 atendimentos, sendo uma média de 100 infantis por dia, com o mesmo quadro médico.

Segundo apresentado por NOBREGA (2017), a enfermeira e diretora da UPA Oceania, Thatiany Coelho, afirmou que essa é uma forma de promover uma gestão participativa e evitar a superlotação nas emergências dos hospitais. “As UPAs podem atender a média e baixa complexidade e isso contribui para evitar a superlotação nos hospitais. Estamos preparados e capacitados para realizar atendimentos de emergência e urgência e assim evitar um quadro agudo”, explicou. A UPA Célio Pires de Sá (Valentina) conta com seis consultórios, duas UTIs, sala de medicação, serviço de raios-X, laboratório de coletas, farmácia e uma base para o SAMU. A unidade ainda possui 14 leitos pediátricos e adultos, sendo nove para observação, três para emergência e dois para isolamento. Já a UPA Oceania possui 15 leitos, sendo oito para observação, três para emergência, três pediátricos e um de isolamento. Os principais atendimentos de adultos são: hipertensão, distúrbios metabólicos, febres, dor torácica, síndromes coronarianas agudas, insuficiência cardíaca descompensada e quadros virais. Já os pediátricos são: asma, pneumonia, gastroenterites, amigdalite infecciosa e quadros virais. Os usuários da UPA contam com uma equipe de 300 servidores, incluindo médicos (clínicos gerais e pediatras), enfermeiros, assistentes sociais, farmacêuticos, bioquímicos e técnicos de diversas especialidades. Para ser atendido no serviço é importante a apresentação do cartão do SUS e um documento de identificação do paciente.

Outro ponto muito importante para a rede de serviços de Saúde é o Programa Farmácia Popular do Brasil, que é uma iniciativa do Governo Federal e cumpre uma das principais diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Foi implantado por meio da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) a disponibilizar medicamentos mediante ressarcimento, e pelo Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, que regulamenta a Lei 10.858 e institui o Programa Farmácia Popular do Brasil. O “Aqui Tem Farmácia Popular” visa a atingir aquela parcela da população que não busca assistência no SUS, mas tem dificuldade para manter tratamento medicamentoso devido ao alto preço dos medicamentos. Neste sentido, uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria, criado em 2011, com o objetivo de elevar a renda e as condições de bem-estar da população, rompendo barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais, consiste na distribuição de medicamentos para hipertensos e diabéticos por meio do Programa Farmácia Popular do Brasil. (BRASIL 2015)

Através de uma rede de atenção à saúde bem organizada, podemos afirmar que ela será capaz de modificar até a forma e o conteúdo do espaço/território. Essas modificações geram novas formas de organização da saúde no território e conseqüentemente contribuem para a melhoria dos atendimentos e qualidade de vida das pessoas. A grande importância dos cuidados de saúde, pela sua influência na nossa qualidade de vida, e o benefício de saúde primária, são os pilares centrais e primordiais para ao interesse dos cidadãos com o sistema de saúde.

Segundo Ferreira, et al. (2010) O primeiro nível de contato do indivíduo, da família e da comunidade, permite a aproximação da assistência de saúde o mais perto possível dos locais onde a população vive e trabalha e constituem o primeiro elemento de um processo permanente de assistência de saúde, e não podem deixar de ser encarados como o ativo do sistema de saúde que mais poderá contribuir para o bem-estar econômico e social.

O município de João Pessoa possui uma rede complexa, embora seja um município de porte grande (mas bem menor que outras capitais e metrópoles brasileiras) a rede de saúde é distribuída da seguinte forma:

Tabela 1 – Principais serviços da Rede de Saúde de João Pessoa

REDE DE SAÚDE	TOTAL DE UNIDADES
---------------	-------------------

Unidades de Saúde Familiar	126
UPAS	3
Hospitais	4
Farmácias Populares	3*

Fonte: Organizado pela autora com base nas fontes indicadas no texto.

Pensar nas redes de atenção à saúde como requisito essencial para a qualidade dos atendimentos a nível primário é de suma importância. Pois, a partir da integração do sistema, facilitará melhores possibilidades de atendimento à população e como resultado oferecerá melhores ações e cura dos pacientes. Assim o deve ser compreendido em linhas gerais, que a rede de serviços de saúde do município de João Pessoa é um ponto de grande interesse social, e também deve ser notado como um direito indispensável a todo e qualquer cidadão.

3.DESAFIOS DE LOGÍSTICA NA REDE DE SAÚDE PÚBLICA

Existem várias razões para estimar a presença da logística nas organizações privadas, entretanto, semelhante a elas, precisamos também enxergar essas aplicações, nas entidades públicas. Em nosso país, o tema logístico ainda tem sido focado com mais atenção no setor privado do que no setor público. A literatura no Brasil sobre logística pública é muito escassa, e logística em saúde pública é ainda mais, por isso, podemos informar a grande relevância do assunto abordado. Menciono, por exemplo, o fato de que na base Scielo foi encontrado um único artigo no assunto “Logística Pública” (VAZ e LOTTA, 2011), e um único artigo no assunto “Logística de Combate a Doenças Tropicais”. No Scielo não há o assunto “Logística em Saúde” (embora o assunto Logística apresente 31 assuntos indexados, como Logística Inversa, Logística Portuária, Logística do Petróleo, dentro estes) Talvez esse seja o nosso primeiro desafio, tentar explorar um pouco do que ainda não foi mencionado nos estudos até agora.

Nas instituições públicas, a logística deve ser utilizada, pois, da mesma maneira que as instituições privadas, elas têm a necessidade de adquirir serviços e necessitam distribuir os materiais que recebem, como também, armazenam e controlam na intenção de consumir ou de enviar para outras organizações, assim facilitando o fornecimento de um serviço público e ao atendimento a todo cidadão.

ORTOLANI (2003) comenta sobre o processo de modernização da máquina pública ao âmbito logístico que representa movimento gradual onde ainda tem tomado forma e logo

despertará a atenção geral dos governantes, a atividade passará a ganhar expressividade nos programas do governo. O mesmo autor conclui que é inevitável que as organizações públicas necessitem das mesmas práticas avançadas de logística aplicadas atualmente nas empresas privadas, pois somente assim será possível reduzir custos, otimizar sistemas e aumentar a eficiência e eficácia das operações logísticas da máquina pública.

A inauguração das atividades de logística parece ser uma tarefa complicada, mas não é. O que deve ser feito é a quebra desse paradigma de que o órgão público não precisa disso e, principalmente, pela resistência a mudança dos recursos humanos envolvidos nos projetos, isso vem muitas vezes dos próprios servidores públicos que muitas vezes não desejam enfrentar novos desafios e sabotam projetos garantidos pela estabilidade que possuem em seu emprego.

A administração pública moderna tem apresentado amplas mudanças em relação ao século passado, as novas técnicas de gestão e a utilização de tecnologias tanto no fornecimento de bens quanto na prestação de serviços tem sido o grande diferencial. Mas por outro lado, inúmeras denúncias as irregularidades na aplicação do dinheiro público, como a falta de produtos (remédios, alimentos, materiais escolares etc.), assim como os superfaturamentos de compras, desvios de recursos em obras, entre outros tantos exemplos tem conduzido a Administração Pública a refletir na má atuação e conduta dos gestores, nesse caso, desejando minimizar as ameaças e tirar proveito de novas possibilidades para a melhora do seu funcionamento.

Segundo VAZ e LOTTA (2011), essa importância se dá num poderoso fator de oportunidade que também se impõe: o setor público gerencia simultaneamente distintas cadeias de suprimentos das várias políticas públicas, o que lhe abre grandes possibilidades de integração e otimização de esforços, elemento central neste novo paradigma de gestão pública.

A logística no setor público tem um grande papel para a coletividade, afetando diretamente a suas condições reais de qualidade de vida, a exemplo do que ocorre no âmbito da prestação dos serviços públicos de saúde, e de medicamentos em particular. Por isso precisamos pensar com maior atenção sobre os desafios da logística na rede de saúde pública.

Um subcampo da gestão dos serviços de saúde, bastante crítico e no qual a logística tem alto impacto na qualidade dos serviços prestados é o gerenciamento do suprimento de medicamentos e materiais. Ter ou não ter medicamentos e materiais nas unidades de saúde pode ser decisivo para antecipar diagnósticos, tratar doenças e realizar procedimentos cujas ausências ou atrasos podem significar pioras e agravamentos desnecessários e evitáveis nas condições de saúde da população e o aumento da insegurança e riscos para os pacientes. Note-se, ainda, que medicamentos e certos materiais de uso nos atendimentos em saúde possuem

datas de validade, alguns necessitam condições especiais de armazenamento, conservação e especialmente climatização. Ou seja, não basta estarem disponíveis para o atendimento dos usuários na rede de atenção, pois, caso não aconteça esse monitoramento, o medicamento será invalidado e impróprio para o uso, ocasionando um grande desperdício para a saúde e para o cidadão, afora o desperdício de recursos e a possibilidade, até, de efeitos colaterais nos pacientes.

Pode-se dizer que na área de gestão de materiais em saúde o cuidado é bem mais delicado, pois as especificidades de cada medicamento, no que diz respeito ao manuseio e o estoque, como também, ao monitoramento das baixas temperaturas de alguns medicamentos, as doses individuais que devem ser diariamente prescritas ou preparadas, a questão da distribuição e do gerenciamento de estoques entre as diferentes unidades da rede, nos diferentes tipos de serviços e de equipamentos que compõem a rede de atendimento, incluindo-se também a adequada gestão dos resíduos contaminados, como se sabe, resíduos que devem ser removidos e tratados com extremo zelo, estes são alguns dos grandes esforços e desafios de gestão da logística na área da saúde que podemos destacar inicialmente. Mas há outros, indicados a seguir.

A logística pública necessita de um momento de aperfeiçoamento, deve-se planejar mais e melhor, o gerenciamento do sistema de compras precisa ser analisado e a logística de distribuição deve ser efetivamente aplicada. A princípio, com essas três questões cruciais, podemos definir se o cidadão será ou não atendido. Planejar, gerenciar o sistema de compras e suprimentos e também coordenar a logística de distribuição, formam, portanto, o tripé básico da gestão da logística em saúde.

Nas atividades de compras e suprimentos, as normas e regulamentos específicos vigentes no setor público devem ser rigorosamente observados, pela realização de licitação ou pregão e a efetivação de contratos administrativos. Esses procedimentos são fiscalizados pelas unidades de controle interno e externo (incluindo os Tribunais de Contas); Esse macroprocesso é composto pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de junho de 2002, que definem os procedimentos para as aquisições e contratações que são fundamentais para as atividades de suprimento nas organizações públicas, incluídas o setor saúde. Para o êxito da gestão do processo de abastecimento, é primordial o planejamento, um sistema de comunicação e de gestão eficiente, além de monitoramento contínuo. As técnicas de compras devem ser obedecidas com cuidado, pois, se não forem especificadas com clareza, podem causar prejuízos sérios aos requerentes, como no caso de compra de medicamentos e outros materiais hospitalares que não serão utilizados (desperdício), ou compra de materiais de qualidade duvidosa, onde, se privilegiam o menor custo, o que acaba, portanto, comprometendo

a própria ideia de qualidade, muitas vezes. Quando isso ocorre, sabemos que é pela falta do planejamento logístico, pois é possível gerenciar os processos desde a compra à distribuição do medicamento a população.

No que diz respeito ao *armazenamento e controle de estoque*, vale lembrar que aqui se aplica a exigência nas especificidades dos medicamentos ou dos materiais hospitalares, pois cada um deles são pontos importantíssimos na gestão da logística, visto que, no caso da rede pública de saúde esses serviços devem ser minuciosamente tratados, em virtude das complexidades e especificidades que essas compras possuem. O armazenamento representa uma parte integrante da solução operacional da logística, onde os produtos do estoque devem ser conferidos, classificados e separados conforme a solicitação ou exigência do tipo de material. Já o controle de estoque, corresponde ao nível da demanda dos itens desejados, pois se o item desejado está com o estoque baixo, esta demanda deve ser controlada e planejada antecipadamente para que o mesmo não falte. O controle do estoque, portanto, é decisivo e central, pois ele deve mediar de forma adequada entre duas pontas complexas da equação: a demanda por medicamentos e as compras no âmbito público. O sistema de informações que dá sustentação a este adequado gerenciamento, deve ser, portanto, adequado a estes desafios, indicando níveis de oferta nos estoques combinado com os tempos necessários das modalidades de compra disponíveis. Neste aspecto, a modalidade do pregão eletrônico, e de adesão a registros de preço, possibilitou avanços para que esta gestão ocorra com mais eficiência.

Além disso, para um bom monitoramento de estoque e armazenamento faz-se necessário um local amplo e limpo, pois com uma estrutura adequada possibilitará que os materiais permaneçam em boas condições até a entrega, facilitando também na observação dos prazos de validade e na quantidade disponível fisicamente.

A distribuição se faz através do processo de movimentação do produto, a partir do seu local de origem até o destino final. Pode-se dizer que a cadeia de distribuição é formada pela integração de vários segmentos, a exemplo do armazenamento, que necessita das boas condições do produto para poder distribuí-lo com qualidade.

Para LAVERDE (2003), geralmente em uma organização de saúde, o hospital utiliza o almoxarifado de medicamentos, buscando redução do custo de transporte do distribuidor até o local desejado pela organização, quando solicita maiores quantidades de medicamentos e materiais diversos, bem como coordenação e regulação da disponibilização de produtos, pois a falta de algum medicamento em uma situação de emergência pode gerar consequências irreversíveis ao cliente que necessita do medicamento.

No mesmo enfoque da distribuição, podemos considerar o transporte, que é a atividade logística mais importante, pois é ela que utiliza a maioria dos custos logísticos. O transporte pode ser feito de vários modos, entre os mais utilizados estão: rodoviário, marítimo, ferroviário e aeroviário. Os meios ferroviários e marítimos apresentam custos menores em comparação ao rodoviário, porém ainda passamos por diversos problemas de pouco alcance. O meio aéreo, o maior problema está no custo do frete, que acaba sendo bem mais caro que o meio rodoviário, por isso, em virtude desses fatos aqui no Brasil o meio mais utilizado é o rodoviário.

De acordo com VAZ e LOTTA (2011), o transporte de pessoas e materiais é fundamental na função logística, do mesmo modo que os serviços de apoio e infraestrutura. Assim, para atender a demanda da população no momento exato e garantir a integridade dos medicamentos, tem-se a proposta de dotação (aquisição ou contratação de serviço terceirizado) de veículos equipados adequadamente para distribuição das medicações, pois estas devem ser distribuídas por vezes em automóveis refrigerados mantendo assim a temperatura adequada.

O transporte é o que pode garantir (ou inviabilizar) que o medicamento ou material hospitalar cheguem aos locais no prazo correto, e que o paciente seja levado até o hospital, ou que a equipe de primeiros socorros chegue em tempo para prestar o atendimento de emergência. Assim, o transporte é considerado uma necessidade essencial para as operações logísticas.

A adoção de uma abordagem ao processo de gestão de transporte de doentes de forma transversal permite a resposta integrada aos desafios da racionalização e da eficiência da gestão orçamentária das unidades de saúde, da normalização de critérios na marcação de transporte de doentes, da imputação financeira às entidades requisitantes e da confirmação da efetividade do tratamento ou consulta, para além de um controle efetivo da contabilização/faturação dos prestadores de serviços, sejam de cuidados de saúde ou de serviços de transporte (PORTUGAL 2014).

Figura 1: A falta de macas em João Pessoa

Um caso concreto da falha de logística

O caso da crise das macas em João Pessoa, é um típico problema de logística porque afeta a questão de transporte de pessoas, e equipamentos.

O jovem Jean Carlos Lopes da Silva, 25, morreu por falta de atendimento médico, em João Pessoa, na Paraíba. Os amigos e familiares ficaram revoltados já que o SAMU nunca chegou ao local. Jean chegou ao hospital de carona com uma viatura de polícia. No local, várias ambulâncias estavam paradas. Os socorristas esperavam a liberação das macas de atendimento, que ficaram retidas no hospital.

Fonte: Site da uol

O assunto que abordamos no box 1 é um caso bem preocupante, e que está inteiramente ligado ao transporte de vidas, ou seja, falhas da logística estão interferindo nas condições de atendimento e da própria sobrevivência das pessoas. A notícia destacada acima nos permite constatar o descaso que o município revelou pelas falhas na gestão das macas, a não percepção deste material como um equipamento crucial para o adequado atendimento de pacientes em situação de emergência, quando vidas são deixadas de lado, sem nenhuma possível prestação de socorro simplesmente pelo fato de que as macas das equipes do SAMU já se encontram ocupadas e “retidas” no hospital. A falta de planejamento e de solução de gerenciamento de logística, portanto de investimentos em inteligência e em soluções de gestão neste setor demonstra a relevância dos temas que estamos enfocando neste trabalho.

Esse caso revelado acima enfatiza sobre um dos casos de desafios que a logística pública enfrenta. Vale salientar que, o assunto é de interesse público e que deve ganhar mais atenção para que soluções de gestão da logística ou mesmo novas políticas públicas sejam viabilizadas em favor da resolução desse problema.

3.1 Uma breve imersão: Desafios de logística no Programa Farmácia Popular

Uma agenda com especial interesse para a aplicação dos conceitos de logística encontra-se o atendimento das farmácias populares, que foi desenvolvida pelo governo federal em parceria com as prefeituras municipais e os governos Estaduais, por meio do Decreto n.º 5.090, de 20 de maio de 2004. Através da implementação dessas ações, buscou-se promover a ampliação do acesso da população aos medicamentos. Entende-se que a possibilidade de aquisição de medicamentos a baixo custo na Farmácia Popular refletirá na melhoria das condições de saúde da coletividade.

A Lei n.º 10.858, de 13 de abril de 2004, autoriza a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ a distribuir medicamentos, mediante o ressarcimento de seus custos, com vistas a assegurar à população o acesso a produtos básicos e essenciais a baixo custo, gerando ampliação do acesso a medicamentos por parte da população, inclusive a atendida hoje por serviços privados de saúde. O ressarcimento de custos tratado na Lei é diferente de venda comercial, na medida em que não visa lucro para as unidades do programa, tampouco para os que as mantêm. Aspecto importante a ser destacado é que a indústria farmacêutica exerce um papel importante na cadeia de suprimentos do setor de saúde.

O Programa Farmácia Popular desenvolve-se de forma conjunta envolvendo o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Contou, portanto, com a expertise

de uma das instituições mais respeitadas no campo da saúde pública, a Fiocruz, centenária organização com um largo histórico de importantes serviços prestados ao país.

O modelo de gestão do Programa Farmácia Popular foi definido pela Portaria GM n.º 1651, de 11 de agosto de 2004, com a qual foram instituídos, no âmbito do Ministério da Saúde, o Conselho Gestor do Programa, a Coordenação de Monitoramento, o Comitê Técnico-Executivo, as Gerências Técnicas e Administrativas, com suas respectivas Equipes executivas. Além das responsabilidades atribuídas às instâncias criadas pela Portaria GM n.º 1.651/04, a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ é a executora das ações inerentes à aquisição, estocagem e distribuição dos medicamentos. A etapa de dispensação, na forma definida para o programa, é executada pelo responsável pela unidade, podendo ser a própria Fiocruz ou os partícipes comuns e convenientes. (BRASIL 2014)

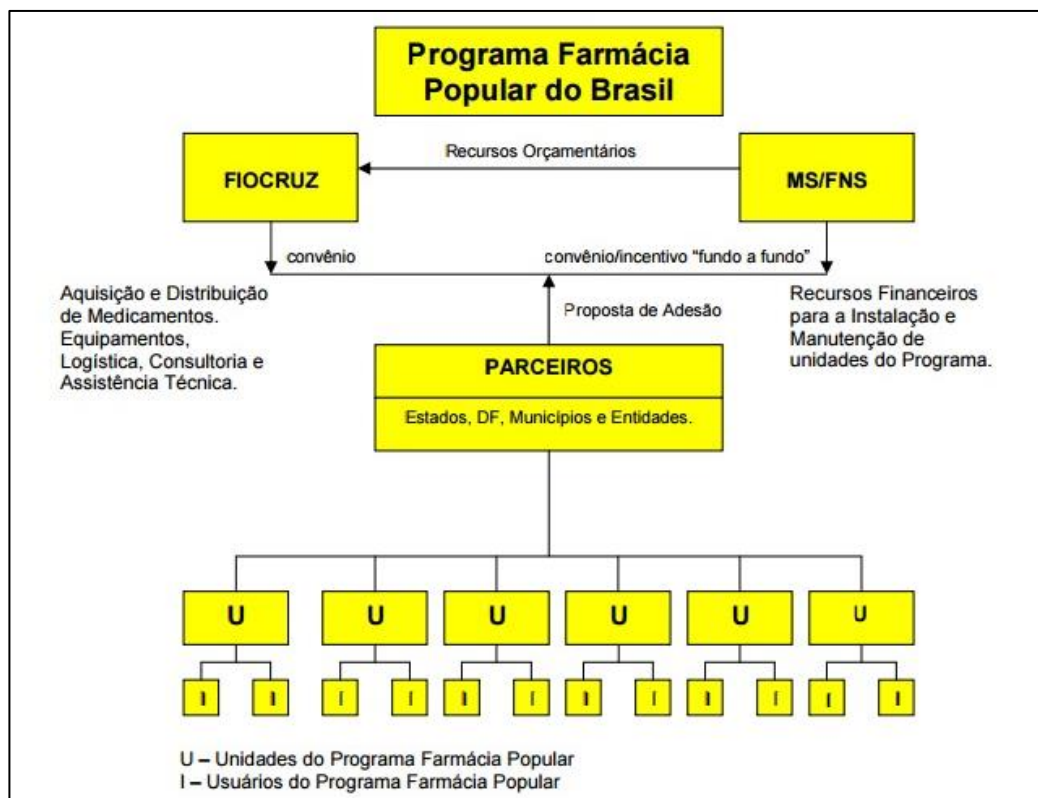
De acordo com o Manual Básico do Programa de Farmácia Popular do Brasil, para a gestão do estoque de medicamentos, mantido em consignação nas unidades, será utilizado sistema informatizado padrão, cuja licença é contratada pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e disponibilizada para instalação em cada uma das unidades. Cabe ao responsável pela unidade o registro regular no referido sistema, de todas as movimentações de estoque, ou seja, as entradas e saídas de produtos. Esses registros devem ser transmitidos diariamente para a Gerência Administrativa do Programa, por meio de acesso remoto via internet, preferencialmente por sistema de banda larga, para efetivação dos devidos controles, inclusive o planejamento e programação da reposição dos estoques. Assim como, os procedimentos e a logística de reposição dos estoques, que são definidos e executados pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, respeitadas as peculiaridades de cada localidade.

De qualquer modo, fica condicionado ao perfeito registro das movimentações no sistema informatizado de controle e ao recolhimento regular dos valores recebidos a título de ressarcimento dos custos dos produtos. O valor do ressarcimento, que deve ser feito pelos usuários, é estabelecido pelo Conselho Gestor do Programa, instituído pela Portaria GM n.º 1.651/04, mediante estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. O valor do ressarcimento de cada produto é único e deve ser o mesmo em todas as unidades do Programa. A composição e reposição dos estoques serão planejadas e executadas, tendo como base as informações constantes no sistema informatizado de gestão, tais como a média de consumo mensal, o estoque estratégico e outras obtidas com a equipe que atua na unidade. A Fiocruz também é responsável pelos procedimentos de aquisição, por meio de processos licitatórios próprios, além do armazenamento central e da distribuição dos produtos. O

Programa oferece medicamentos a baixo custo, o que constitui uma importante estratégia para facilitar o acesso aos medicamentos. (BRASIL 2014)

Segundo Pereira (2013) algumas diferenças são encontradas entre os elencos da rede própria de farmácias e o “Aqui Tem Farmácia Popular”. A primeira diferença está no número de itens disponibilizados nas redes próprias do programa e o elenco subsidiado pelo Governo Federal nas farmácias e drogarias credenciadas ao Programa, sendo o primeiro maior. Também há diferença no valor pago pelo usuário do serviço. No caso da rede própria, os valores dos medicamentos e preservativos são estabelecidos pela FIOCRUZ, já embutidos nestes os custos de aquisição e logística de distribuição. No caso do “Aqui Tem Farmácia Popular”, o Governo Federal estabeleceu um valor de referência, sendo que o MS subsidiará 90% deste valor, ficando o usuário responsável pelos 10% restantes e a diferença que porventura houver entre o valor de referência e o valor de venda efetivamente praticado.

Figura 2 – Desenho do Programa Farmácia Popular



Fonte: Manual Básico do Programa de Farmácia Popular do Brasil

Para uma melhor compreensão sobre o Programa, realizei no dia 15 de maio do ano de 2017, uma entrevista ao atendente da Farmácia Mamanguape. A farmácia da pesquisa é privada, e integra o Programa “*Aqui tem Farmácia Popular*”, e está localizada na Avenida Cruz das Armas, em João Pessoa. O manual citado acima apresenta com mais detalhes como funciona o

programa nas entidades públicas. Assim como nas entidades públicas, as privadas também devem ter o seu sistema cadastrado, por meio de acesso remoto, com acesso online na internet. Segundo o entrevistado, o sistema está inteiramente ligado ao ministério da saúde, e deve ser alimentado cada vez que o cidadão se dirigir a farmácia para solicitar um medicamento, lembrando que a entrega do medicamento, só será aceita se o mesmo possuir, um documento com foto, com a receita em mãos apresentando o nome e endereço do paciente, carimbada pelo médico com o número de inscrição no respectivo Conselho profissional e, expressamente, o modo de usar a medicação, devendo ainda conter a data.

Na qualidade de um sistema interligado, o cadastro dessas informações é importante, pois, por meio do acesso remoto, tanto médico, como o atendente da farmácia, confirmará a solicitação e entrega do medicamento ao paciente, assim facilitando também o controle do estoque do medicamento. A diferença que a farmácia privada que participa do programa, segundo informado pelo atendente, é que eles mesmos gerenciam o controle de estoque, e fazem as compras dos medicamentos diretamente junto aos seus fornecedores. Por se tratar também de um comércio, eles podem encontrar fornecedores mais acessíveis, comprando em grandes quantidades e nos menores prazos de entrega. O transporte dos medicamentos é feito pelos próprios fornecedores, e o armazenamento é muito pequeno comparado a outras grandes redes, visto que a farmácia analisada possui pouco espaço físico em estrutura para armazenar e coordenar os medicamentos. Por fim, ele informou que cerca de 100 tipos de medicamentos são disponíveis nas farmácias populares, e que os medicamentos mais procurados são os de asma, hipertensão e diabetes.

Interessante destacar que o Programa Farmácia Popular combinou dois modelos de logística, tanto de uma compra e gestão mais centralizada, gerenciada pela Fiocruz, no modelo adotado para as farmácias populares da rede exclusivamente pública (são apenas 3 na cidade de João Pessoa, conforme nosso diagnóstico anterior), como também o modelo de logística híbrida para as farmácias privadas que aderem ao programa. *Neste enfoque, vale pontuar que no dia que realizei a visita técnica, um sábado pela manhã, conforme a minha disponibilidade, a unidade de Cruz das Armas não possuía ninguém que informasse assuntos sobre o programa. Logo após a essa tentativa, me dirigir a outra unidade, localizada no Centro de João Pessoa, onde mais uma vez não obtive êxito pois essa unidade estava em reforma. Infelizmente não consegui mais informações sobre o Programa na modalidade exclusivamente pública. Por isso, ficamos apenas com a interpretação informada no Manual Básico do Programa de Farmácia Popular.

Esta logística híbrida é formada pelo sistema de informações disponibilizado pela Fiocruz/MS, sistema que gerencia o consumo de medicamentos no âmbito do programa, o sistema de monitoramento dos preços de mercado e o faturamento e ressarcimento às farmácias credenciadas, combinando com a logística de compras, de armazenamento e de transportes ofertados pelos fornecedores privados. Interessante notar, que é um sistema inovador de gestão de logística e que pode trazer novas soluções em logística na área da saúde. Sobre o programa das farmácias populares, é importante destacar que ele deve ser considerado uma política pública, pois, o seu maior objetivo é ampliar o acesso da população a medicamentos essenciais. Vale lembrar que através desse programa, os hospitais permanecem mais aliviados, pois a concentração na busca de medicamentos que anteriormente seria apenas no hospital é tratada de maneira alternativa e inovadora.

Para Cavallini e Bisson (2002), uma estratégia para a definição da padronização de medicamentos é a constituição de uma Comissão de Farmácia Terapêutica (CFT) na organização de saúde, tendo como critérios:

- ✓ Padronizar medicamentos pelo nome genérico, segundo a Denominação Comum Brasileira (DCB);
- ✓ Padronizar medicamentos com um único princípio ativo, excluindo-se sempre que possível, as associações;
- ✓ Padronizar medicamentos que resguardem a qualidade, levando-se em conta o menor custo de aquisição, armazenamento, dispensação e controle;
- ✓ Padronizar, preferencialmente, formas farmacêuticas que permitam a individualização na distribuição;
- ✓ Padronizar formas farmacêuticas, apresentação e dosagem, considerando a praticidade e segurança na administração aos pacientes, a faixa etária dos pacientes e facilidade para cálculo e fracionamento de doses.

É importante considerar que por meio de uma coordenação estratégica, as aplicações em logística, encontrarão alternativas que minimizem os desvios e rupturas no itinerário administrativo de uma organização. Por isso é relevante padronizar, apurar, reduzir custos, melhorar a qualidade em atendimento ou em fornecimento, gerenciar e controlar.

O desafio fundamental da integração logística é redirecionar a tradicional ênfase na funcionalidade em um esforço para se concentrar na realização do processo: o menor custo do processo não significa o menor custo em cada uma das etapas (Bowersox et al., 2007:7, 281)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, introduzimos o conceito e história da logística, informando a relevância dela no setor público. Posteriormente, foi mapeado a estrutura da rede de saúde pública no município de João Pessoa. E por fim, o objetivo desse trabalho consiste em analisar os desafios da Rede de Saúde Pública nas entregas e manuseamento dos medicamentos nas Farmácias Populares, onde presença eficaz da logística expressará em um melhor e positivo resultado final.

Os desafios que a logística em saúde pública enfrenta vão muito além de um olhar visionário, pois não é isso que a gestão precisa. Acima de tudo é essencial planejar a logística, pois se ela não for planejada com os recursos necessários, e se ela não for aplicada com os elementos essenciais, os problemas voltarão a acontecer. Um bom planejamento e um gerenciamento voltado às compras e distribuição condizem com uma gestão eficaz. A cadeia de suprimentos busca auxiliar no desenvolvimento das atividades logísticas, desde o ponto de origem dos materiais até o momento de consumo e distribuição. Dessa maneira, é possível oferecer materiais ou serviços na qualidade de um menor custo, e no tempo adequado. Por isso, no caso da cadeia de distribuição dos medicamentos, é preciso conhecer as especificidades que cada medicamento possui e otimiza-los no processo.

O gestor municipal deve fornecer mais programas, políticas e investimentos no setor público em logística de saúde, pois vimos que ainda é pouco estruturado e quase não se vê inovações neste setor. Destaco que a inovação de logística “híbrida” que combinou elementos da logística pública com elementos da logística privada no caso do Programa Aqui tem Farmácia Popular foi gerada no âmbito nacional, e não no âmbito local, onde problemas como o da gestão das macas ainda persistem. É perceptível que a logística é essencial para a contemplação de fatores primordiais na gestão, na logística pública em saúde, podemos afirmar que ela é ligada diretamente com a vida de toda população.

Em suma, seguem algumas recomendações que poderiam ser cumpridas no município, diante de tudo o que falamos:

O primeiro aspecto é ampliar a percepção sobre a importância da logística na gestão da rede de serviços de saúde pública. Esta ampliação também deve ocorrer com o aumento de estudos orientados ao tema, já que há muitos aspectos ainda desconhecidos no processo.

O segundo elemento é a melhoria dos mecanismos de planejamento da logística em saúde. Neste sentido, é fundamental um diagnóstico consistente, com a identificação e mapeamento dos principais pontos de gargalo e risco, portanto, assim como, o reconhecimento das oportunidades e práticas existentes para o melhor enfrentamento desses problemas, a exemplo da inovação do modelo híbrido do programa “Aqui tem Farmácia Popular” destacado

acima. A partir deste diagnóstico torna-se possível identificar “nós críticos” e a formulação de objetivos estratégicos e planos de ação para o enfrentamento dos principais problemas detectados no diagnóstico.

Ainda no momento do planejamento, é preciso que as propostas de solução levem em consideração as oportunidades e alternativas de logística disponíveis, tanto na esfera privada, quanto na pública.

Para isso, também é fundamental uma *gestão adequada das equipes de recursos humanos* que atuam mais diretamente com os componentes essenciais da logística em saúde. Como destacamos, a logística em saúde é essencial para a qualidade da prestação dos serviços, podendo ser, de fato, um elemento vital, a diferença entre o atendimento e o não atendimento e, até, entre a vida e a morte. Este reconhecimento deveria levar à identificação das equipes responsáveis, e à formulação e implementação de uma política continuada de formação e qualificação profissional, com conteúdo alguns dos quais destacados neste trabalho, como, por exemplo, as competências para integrar os elos da demanda por medicamentos da população com os mecanismos e sistemas de compras no serviço público.

Outro nó crítico fundamental parece ser o desenvolvimento e uso de Sistemas de Informação. Os Sistemas de Informação em Saúde através do avanço tecnológico e melhor padronização dos dados, são meios que corroboram com o desenvolvimento e soluções neste setor. Entretanto, ainda persiste a falta de investimento no ambiente organizacional dos serviços de saúde, novas políticas públicas destinadas a disciplinar e facilitar esse acesso deveriam ser reconhecidas, evitando assim o retrocesso. Podemos citar como melhoria, o desenvolvimento do prontuário eletrônico, que contam com apenas 10.134 Unidades de Saúde de todo o país que aderiram ao prontuário eletrônico. Através deles os médicos conseguirão consultar o histórico dos pacientes, com informações de diagnósticos, atendimentos e exames. Como também, consultar se a medicação recomendada estará acessível na farmácia popular do município. As Unidade de saúde de João Pessoa ainda não possui esse sistema eletrônico nos prontuários, em recente visita a Unidade de Saúde Familiar do Bairro Jardim Planalto, pude perceber isso, como também que demoraram muito para encontrar o meu prontuário.

No tocante aos sistemas de controle de estoques e logística de distribuição, em nossas pesquisas, contudo, não conseguimos descobrir como esses sistemas efetivamente funcionam, se o modelo é mais ou menos centralizado, se caminha para uma organização em termos dos Distritos, ou se é ainda mais descentralizado, organizados na escala de bairros ou com outra lógica de organização. Esta é mais uma agenda que estudos futuros podem contribuir.

O fato é que os medicamentos precisam chegar no prazo correto e em perfeitas condições de uso. Para que isso aconteça todo o ciclo logístico deve funcionar; os medicamentos devem ser estocados de maneira eficaz; os transportes não podem correr o risco de entregar com atraso; A distribuição de materiais hospitalares deve proporcionar a sua entrega correta; Os faturamentos não podem ocorrer erros; As compras e licitações devem ser estruturadas e averiguadas com antecedência. Os sistemas de gerenciamento devem estar funcionando e plenamente integrados à gestão, ao monitoramento e ao planejamento das ações. O ciclo todo precisa funcionar.

Acredita-se que a utilização desse instrumento de gestão garantirá às instituições envolvidas condições para o gerenciamento de seus processos, redução de custos e desperdícios e, sobretudo, melhoria na qualidade dos serviços de saúde prestados à população. Esperamos que este trabalho contribua para o desenvolvimento logístico do município e que sejam percebidos os pontos em que ainda estão sem a devida atenção.

REFERÊNCIAS:

Alves, Alexandre da Silva. **Ferramentas de Supply Chain Management para a otimização de estoques**. 2008. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/ferramentas-de-supply-chain-management-para-a-otimizacao-de-estoques/994>>. Acesso em: 25 de abril 2017.

BRASIL 2015. Portal da Saúde. **Programa de Farmácia Popular**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/346-sctie-raiz/daf-raiz/farmacia-popular/11-farmacia-popular/18008-programa-farmacia-popular-do-brasil>> Acesso em: 10 de Maio de 2017

BRASIL. Portal da Saúde. Manuais do Programa, 2014. **Manual Básico do Programa Farmácia Popular do Brasil - Rede Própria**. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/347-sctie-raiz/daf-raiz/farmacia-popular/12-farmacia-popular/12282-manuais-do-programa>> Acesso em: 15 de maio de 2017

BOWERSOX, D. et al. **Gestão da cadeia de suprimentos e logística**. São Paulo: Campus, 2007.

CAVALLINI, E.M.; BISSON, M.P.; **Farmácia hospitalar - um enfoque em sistemas de saúde**, São Paulo: Manole, 2002.

FARIA, Ana Cristina; COSTA, Maria de Fátima Gameiro. **Gestão de Custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2005.

FERRAES N., F.; KUEHNE JUNIOR, M. **Logística empresarial**, In Coleção Gestão Empresarial. São Paulo, Ed. Gazeta do Povo, vol. 2, 2002

Ferreira, A S; Escovas, A; Lourenço, A; Matos, T & Ribeiro, R, 2010. **A contratualização de cuidados de saúde, Coimbra: Almedina**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/csc/v19n8/1413-8123-csc-19-08-03593.pdf> Acesso em: 03 de maio de 2017

IBGE Cidades. **Estimativa da população 2016**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250750&idtema=130&search=p+araiba%7Cjoao-pessoa%7Cestimativa-da-populacao-2016->>> Acesso em: 29 de abril de 2017

Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa. **Secretaria/Distritos**. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/saude/>> Acesso em: 28 de abril de 2017

Secretaria Municipal de Saúde de João Pessoa. **Distritos Sanitários**. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/saude/distritos-sanitarios/>> Acesso em: 28 de abril de 2017

Secretaria Municipal da Saúde de João Pessoa. **Gestão Hospitalar**. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/saude/gestao-hospitalar/>> Acesso em: 3 de maio de 2017

LAVERDE, G. P. **Administração hospitalar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2003

Negreiros, Marcos José et al. **Integração de sistemas computacionais e modelos logísticos de otimização para prevenção e combate à dengue**. *Pesqui. Oper.*, Abr 2008, vol.28, no.1, p.1-27.

NOBREGA, N. 2017 **Unidades de Pronto Atendimento realizam atendimento adulto, pediátrico e clínico**. Disponível em: < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/upas-realizam-atendimento-adulto-pediatrico-e-clinico/>> Acesso em: 18 de abril de 2017

OLIVEIRA, S. F. 2006 **Avaliação do programa saúde da família: Uma análise a partir das crenças dos profissionais da equipe de Saúde e da População assistida**. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgp/images/pdf/dissertacoes/suenny_2006.pdf> Acesso em: 13 de abril de 2017

Ortalani, Luiz Fernando Ballin. **Logística: Gestão de estoques e sistemas de informação, instrumentos imprescindíveis para a eficiência nas instituições públicas e privadas**. Florianópolis, 2001. Disponível em: <<http://www.batebyte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1572>> Acesso em: 22 de abril de 2017.

PAIVA, R. 2015 **Rede Hospitalar garante assistência de média e alta complexidade aos usuários do SUS no município**. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/rede-hospitalar-garante-assistencia-de-media-e-alta-complexidade-aos-usuarios-do-sus-no-municipio/>> Acesso em: 03 de maio de 2017

PEREIRA, M. 2013. **Programa Farmácia Popular no Brasil: uma análise sobre sua relação com o Complexo Econômico-Industrial da Saúde e os programas estratégicos do Governo Federal.** Disponível em: <file:///C:/Users/emmer/Downloads/pereiramam.pdf> Acesso em: 10 de Maio de 2017

PORTUGAL. Ministério da Saúde de Portugal. **Relatório Anual Sobre o Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Conveniadas, 2014.** Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2016/07/2015-07-20-RA_Acesso_2014-VFinal.pdf> Acessado em 10 Maio 2017

UOL. SBT ONLINE. **Samu não atendeu jovem que morreu por falta de maca em João Pessoa.** Disponível em: <<https://carros.uol.com.br/videos/?id=samu-nao-atendeu-jovem-que-morreu-por-falta-de-maca-em-joao-pessoa-0402CC993360D0895326>> Acesso em 15 de Maio de 2017.

VAZ, José Carlos and LOTTA, Gabriela Spanghero **A contribuição da logística integrada às decisões de gestão das políticas públicas no Brasil.** *Rev. Adm. Pública*, Fev 2011, vol.45, no.1, p.107-139.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA



ATA DE DEFESA DE TCC

Ao trigésimo primeiro dia do mês de maio de 2017, às 16 horas e 30 minutos, na sala de reunião do CCSA, a discente **Niélia Valentim Melo dos Santos**, regularmente matriculada no Curso de Tecnologia Em Gestão Pública/ DGP/CCSA/UFPB, defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, "**Logística em saúde pública – Elementos introdutórios para a aplicação dos conceitos e ferramentas de logística na gestão de medicamentos na rede de saúde pública de João Pessoa**" fazendo-se presente na banca examinadora os professores Francenildo Rodrigues, Nicolas Renato Siqueira de Araújo e Marco Antonio de Castilhos Acco (Orientador), sob presidência deste último. A discente obteve nota 5,0 (Dez), obtendo aprovação na disciplina TCC.

João Pessoa, 31 / 05 / 2017

Prof. Orientador: Marco Antonio de C. Acco

1º Examinador: Francenildo Rodrigues

2º Examinador: Nicolas Renato Siqueira de Araújo

Marco Acco
Nicolas R.S. de Araújo

Alberto Ricardo H. Clemente

Alberto Ricardo H. Clemente
Secretário da Coordenação do Curso de Tec. em Gestão Pública

Alberto Ricardo H. Clemente
Assistente em Administração
SIAPE: 1660141